



OLIMPIÁDA JURÍDICA ESCOLAR 2023

1ª FASE: PROVA OBJETIVA



1



As profissões jurídicas são muito variadas e podem ser categorizadas em alguns grupos, como as carreiras e políticas públicas; a carreira acadêmica; e as carreiras que relacionam Direito e negócios.

“Hoje, uma das teorias mais importantes para análise das profissões jurídicas é a de Pierre Bourdieu (1930-2002), um dos sociólogos mais citados recentemente em trabalhos sociológicos no mundo todo. O modelo teórico proposto por Bourdieu produz uma discussão sobre as lutas por poder travadas nos (e entre os) campos profissionais. Para Bourdieu, as profissões jurídicas detêm um importante monopólio de dizer o direito porque dominam uma linguagem que permite a esses profissionais decodificar, de forma autorizada, os códigos legais estabelecidos em lei”. (SANTOS, André Filipe Pereira Reid dos. Uma introdução à sociologia das profissões jurídicas. **Prisma Jurídico**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 79-99, jan./jun. 2012. Disponível [aqui](#)).

Assinale a alternativa **correta**:

- a) De acordo com Bordieu, as profissões jurídicas detêm o monopólio de dizer o Direito. Portanto, cabe exclusivamente aos profissionais interpretar as normas jurídicas e aplicá-las.
- b) A linguagem técnica utilizada por profissionais do Direito é chamada de juridiquês. O uso dessa linguagem é necessário, pois os jargões e as complexidades jurídicas não podem ser explicados em termos simples e objetivos.
- c) Entre as profissões jurídicas, a advocacia e o Ministério Público estão subordinados aos juízes e desembargadores, uma vez que são estes que decidem os processos judiciais.
- d) Conforme a Constituição Federal, são funções essenciais à Justiça: o Ministério Público, a Advocacia, pública ou privada, e a Defensoria Pública.**
- e) De acordo com o Código de Processo Civil, são funções essenciais à Justiça: o oficial de justiça, o escrivão, o mediador e o conciliador judicial, dentre outros.

Resposta: D.



2

“O estágio na Defensoria Pública é um verdadeiro laboratório de capacitação de futuros profissionais do Direito, que tomam contato com os mais diferentes conflitos jurídicos e podem atuar como verdadeiros advogados, embora sem o mesmo peso de responsabilidade de um profissional do foro. Podemos acrescentar, ainda, que o trabalho voluntário na Defensoria Pública ensina mais do que a prática jurídica. Ensina também sobre relações humanas, visto que o estagiário está em contato direto com as partes do processo, e sobre as relações entre desigualdades econômicas e acesso à justiça, vistos que os clientes da Defensoria são, em geral, membros das classes populares, que não têm condições de arcar com um advogado particular”. (SANTOS, André Filipe Pereira Reid dos. Defensoria Pública do Rio de Janeiro e sua clientela. **Espaço Jurídico Journal of Law**, v. 14, n. 1, p. 107–126, 2012. Disponível [aqui](#)).

Analise as afirmativas abaixo e assinale a que está **incorreta**:

- a) A Defensoria Pública é responsável pela orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.
- b) A atuação na Defensoria Pública tem um caráter essencialmente humanístico, tendo em vista que o atendimento à população é direcionado às camadas mais necessitadas, que não conseguiriam ter acesso à justiça por causa das barreiras econômicas. Assim, os profissionais da Defensoria estão em contato direto com as necessidades jurídicas mais essenciais de uma população carente, assolada pelas desigualdades socioeconômicas.
- c) A Constituição garante o direito fundamental à assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Uma das formas de concretização desse direito é por meio da atuação da Defensoria Pública.
- d) Quando não houver defensores públicos na comarca ou juízo ou quando forem insuficientes para atender à demanda, a assistência jurídica gratuita poderá ser exercida por advogados nomeados pelo Poder Judiciário para esse fim. São os chamados advogados dativos, que são remunerados pelo Estado e, por isso, não têm custo para a parte necessitada.
- e) A atuação da Defensoria Pública divide-se em Defensoria Pública da União e Defensorias Públicas Estaduais. Embora o acesso à carreira ocorra por concursos públicos diferentes, as garantias, prerrogativas e remunerações são as mesmas, com salário inicial em torno de 24 mil reais.**

Resposta: E.





“Vitória é a capital brasileira com maior valor de metro quadrado. Sim, está mais caro comprar um imóvel na capital capixaba do que em São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis, Brasília e Curitiba. Isso é o que aponta o FipeZap de dezembro, que consolida dados de 2022. O preço médio de venda por metro quadrado em 2022 em Vitória foi de R\$ 10.481, enquanto na cidade de São Paulo foi de R\$ 10.303. Considerando todas as 50 cidades pesquisadas pelo FipeZap, a ilha ficou atrás apenas de Balneário Camboriú, cujo valor de venda do metro quadrado no ano passado foi de R\$ 11.447”. (Disponível [aqui](#)).

Sobre os contratos de compra e venda e a propriedade de imóveis, assinale a afirmativa correta:

- a) Em geral, o contrato particular é suficiente para realizar a compra e venda de um imóvel, não sendo necessária escritura pública.
- b) A transferência da propriedade de um bem imóvel ocorre mediante o registro do título no Cartório de Registro de Imóveis.**
- c) Em caso de transferência da propriedade de um bem imóvel, seja por compra e venda ou por herança, deve ser recolhido o ITBI – imposto sobre a transmissão de bens imóveis.
- d) De acordo com os dados do texto, um imóvel de 190 m², localizado em Vitória, que tenha sido vendido em 2022 pelo preço médio, teria sido vendido por mais de 2 milhões de reais.
- e) Ainda segundo os dados do texto, dentre as 50 cidades pesquisadas, São Paulo é a que tem o terceiro maior valor de metro quadrado, atrás apenas de Balneário Camboriú e Vitória.

Resposta: B.





Victor Del Vecchio e Vitor Bastos Freitas de Almeida. Foto: Divulgação

“O Brasil deve voltar a exigir vistos para visitantes dos Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália. A medida ainda não foi decretada oficialmente, mas o presidente Lula solicitou ao Ministério das Relações Exteriores que suspenda a dispensa que hoje vigora. [...] Seguramente, fortalecer laços com o continente africano, recuperar espaços na América Latina e fortalecer os BRICS são estratégias que devem oferecer melhores oportunidades do que a renúncia à reciprocidade com países cujo fluxo de visitantes pouco se altera com a dispensa ou exigência de visto. [...] A recém anunciada medida do atual governo em relação aos vistos é um ato pequeno, mas que mostra o tom de soberania e altividade que é recuperado e poderá ser determinante para bons resultados econômicos e políticos do governo Lula”. (Disponível [aqui](#)).

De acordo com o texto acima, assinale a alternativa **correta**:

a) Os autores entendem que a suspensão da dispensa de visto para visitantes de países como Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália é um ato soberbo do governo brasileiro, que poderá constringer o país no sistema internacional, além de demonstrar a incapacidade de nossa diplomacia em negociar acordos vantajosos para o Brasil.



b) A dispensa de visto para estrangeiros oriundos de países que exigem visto para visitantes brasileiros viola o princípio da reciprocidade, consagrado no Direito Internacional, segundo o qual os benefícios concedidos e as obrigações impostas por um Estado a outro também deverão ser concedidos ou impostos por este Estado àquele.

c) O fluxo de visitantes oriundos de Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália não sofre grande influência da exigência ou não de visto, razão pela qual a suspensão da dispensa de visto seria uma medida pequena e irrelevante no contexto do turismo e das relações internacionais desempenhadas pelo Brasil.

d) A renúncia à reciprocidade só pode ser revertida por meio da retomada da exigência de visto para os visitantes dos países mencionados, tendo em vista que, mesmo que esses países dispensassem a exigência de visto para visitantes brasileiros, já estaria consolidada uma posição de subserviência do Brasil em relação aos interesses internacionais.

e) Em vez de conceder privilégios a países desenvolvidos, como Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália, o texto sugere que sejam feitas concessões a países da África, da América Latina e dos BRICS, ainda que essas vantagens sejam unilaterais, pois isso colocaria o Brasil em posição de destaque na comunidade internacional.

Resposta: B.



5

No próximo dia 1º de maio, completam-se 80 anos da aprovação da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas. Sobre esse assunto, assinale a alternativa **correta**:

a) Embora possa ser considerada uma medida populista, tomada no contexto do Estado Novo, período autoritário da Era Vargas, a aprovação da CLT foi um marco jurídico, reunindo as leis trabalhistas esparsas existentes no Brasil e consolidando a importância dos direitos dos trabalhadores.

b) Durante a ditadura militar, de 1964 a 1985, os direitos trabalhistas foram suspensos, embora a CLT não tenha sido formalmente revogada. Dessa forma, os movimentos dos trabalhadores foram reprimidos, até o surgimento do novo sindicalismo, no final da década de 1970.

c) Com a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, a CLT simplesmente foi recepcionada pelo novo texto constitucional, sem alterações substanciais quanto aos direitos trabalhistas. Assim, desde a Era Vargas até antes da recente Reforma Trabalhista, a CLT havia passado por poucas alterações.

d) Em 2017, com a Reforma Trabalhista, a CLT deixou de produzir efeitos e foi substituída pela Lei n. 13.467, que flexibilizou as relações de trabalho, em diversos sentidos, como a flexibilização da jornada de trabalho e a possibilidade de extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregador e empregado.

e) Com as mudanças da sociedade, a CLT tornou-se ultrapassada, não dando conta de regular as atuais configurações das relações de trabalho, como a questão do home office ou teletrabalho. Diante disso, faz-se necessária uma nova reforma legislativa, para regulamentar a realidade atual e, assim, garantir segurança jurídica e previsibilidade.

Resposta: A.





O Direito e a Literatura são áreas que se relacionam de diversas maneiras. Para aprofundar as interfaces existentes entre essas áreas, a FDV desenvolve o projeto de extensão “Café, Direito & Literatura, que acontece em ambientes culturais, como livrarias ou cafés, com espaço para diálogos e debates de maneira informal.

Essas discussões giram em torno de uma obra previamente escolhida e divulgada. No dia 31 de março de 2023, o projeto debateu o texto “O direito à literatura”, escrito por Antonio Candido em 1988, do qual se extrai o seguinte trecho:

“[...] as pessoas são frequentemente vítimas de uma curiosa obnubilação. Elas afirmam que o próximo tem direito, sem dúvida, a certos bens fundamentais, como casa, comida, instrução, saúde, coisas que ninguém bem formado admite hoje em dia que sejam privilégio de minorias, como são no Brasil. Mas será que pensam que o seu semelhante pobre teria direito a ler Dostoiévski ou ouvir os quartetos de Beethoven?”

Nesse contexto, indique a alternativa **incorreta**:

- a) Conforme o trecho citado, o exercício dos direitos à literatura ou à arte, no Brasil, ainda é um privilégio de minorias, ao contrário de outros direitos fundamentais, como alimentação, moradia, saúde e educação. Portanto, o reconhecimento da literatura e da arte como direitos enfrenta as barreiras impostas pelas desigualdades socioeconômicas.
- b) Antonio Candido defende que a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis da cultura. Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável.



c) A literatura corresponde a uma necessidade universal, que compõe a personalidade e nos humaniza. Além disso, ela pode ser um instrumento de desmascaramento, revelando restrições ou negações de direitos. Dessa forma, a literatura está relacionada à luta pelos direitos humanos.

d) A discussão proposta por Antonio Candido acerca da literatura e da arte enquanto direitos encontra reflexos na sociedade atual. Recentemente, uma ação da ONG SP Invisível que levou pessoas em situação de rua a um show da banda Coldplay provocou reações nas redes sociais, como se, por estarem em situação de rua, essas pessoas não pudessem usufruir do direito à arte, à cultura e ao lazer, por terem necessidades mais básicas a suprir.

e) Embora a Constituição Federal não mencione expressamente a literatura e a arte, ela reconhece o direito ao lazer, além de estabelecer que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Resposta: A.



M&M

SITUAÇÃO

O hit do carnaval de 2023 está na cabeça de vários brasileiros, com mais de **10 milhões de plays** no Spotify, **7 milhões** no Youtube e **500 mil vídeos** no TikTok, em razão das dancinhas.

Mas a batida da música é familiar, principalmente em seu refrão. Isso porque "**lovezinho**" é uma **versão remix** da conhecida "**Say it Right**", sucesso mundial de Nelly Furtado.

O clássico lançado nos anos 2000 **não levou nenhum crédito**, fato que suscita questionamentos quanto às consequências da inobservância dos **Direitos Autorais**.

Fonte: Mendonça & Machado Advogados (disponível [aqui](#)).

O hit do carnaval 2023, "Lovezinho", de Treyce, utiliza elementos de outra música, "Say It Right", de Nelly Furtado, lançada em 2006. No entanto, esse *sample* não autorizado da música original representa uma violação de direitos autorais.

Considerando esse cenário, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Diante da utilização indevida de sua música, sem autorização, Nelly Furtado pode requerer o bloqueio e a retirada de circulação da música de Treyce da forma como está – contendo elementos de "Say It Right". Esse pedido é chamado de *takedown*.
- b) Outro caminho possível a ser adotado por Furtado seria a requisição de *royalties*, isto é, exigir uma participação nos lucros decorrentes da exploração comercial de "Lovezinho", uma vez que a obra de Nelly Furtado é um componente perceptível do produto lançado.
- c) Uma terceira possibilidade seria simplesmente autorizar a incorporação do *sample* de "Say It Right" na música lançada por Treyce, sem requerer nenhuma retribuição financeira. Nessa hipótese, caberia, também, exigir a inclusão dos autores originais nos créditos da música, como reconhecimento de sua participação na obra, ainda que sem remuneração.
- d) Ao demonstrar conhecimento inequívoco sobre a existência da música "Lovezinho", inclusive gravando e postando um vídeo dançando a coreografia, a cantora Nelly Furtado autorizou tacitamente a exploração comercial do *sample* de sua obra na música de Treyce, não podendo reivindicar direitos patrimoniais.**



e) O uso de *samples* é uma prática comum na indústria musical; sua utilização indevida, por sua vez, não é exclusividade do caso de “Lovezinho”. Em 2021, por exemplo, a adolescente brasileira Melody lançou a música “Assalto Perigoso”, contendo elementos de “Positions”, de Ariana Grande, sem sua autorização. Os titulares dos direitos autorais só descobriram no ano seguinte e exigiram sua inclusão nos créditos da obra secundária.

Resposta: D.



Morre o Rei Pelé aos 82 anos

Tricampeão mundial com a seleção brasileira estava internado havia um mês para tratamento de um câncer no cólon e faleceu nesta quinta-feira, aos 82 anos

Por Redação do ge — São Paulo

29/12/2022 15h55 · Atualizado há 2 meses

TRÊS HERDEIROS

Erasmus Carlos morreu sem deixar testamento: Quem vai cuidar da herança?

Erasmus Carlos (1941-2022): cantor morreu em novembro de 2022 e deixou viúva e dois filhos

IVES FERRO E LI LACERDA

ives@noticiasdatv.com

Publicado em 22/2/2023 - 6h40

Fontes: Globo Esporte (disponível [aqui](#)) e Notícias da TV (disponível [aqui](#)).

Em 2023, o cantor Erasmus Carlos e o jogador de futebol Pelé morreram. A sucessão das duas celebridades guarda algumas semelhanças, mas também diferenças importantes. Analise as alternativas abaixo e assinale a **incorreta**:

- Tanto Erasmus Carlos quanto Pelé haviam se casado após os 70 anos. Dessa maneira, era obrigatório o regime de separação de bens nessas uniões. Nesses casos, os respectivos cônjuges não são herdeiros, a menos que tenham sido incluídos em testamento, o que não aconteceu no caso da viúva de Erasmus Carlos. Portanto, ela não herda bens.
- Ainda que o cônjuge sobrevivente não seja herdeiro, por força do regime de separação de bens, ele pode ser o inventariante, responsável por administrar a herança. Inclusive, o Código de Processo Civil indica uma ordem preferencial para nomeação do inventariante, começando pelo cônjuge ou companheiro sobrevivente.
- No caso de Erasmus Carlos, como não havia testamento, toda a sucessão segue a ordem prevista no Código Civil, tomando-se como herdeiros apenas os descendentes do cantor, já que a esposa não herda, por causa da separação obrigatória de bens.
- No caso de Pelé, como havia testamento, é preciso considerar sua vontade ali expressa. Assim, ele poderia ter destinado todo o seu patrimônio à viúva, por meio do testamento, deixando de contemplar seus próprios filhos. Além disso, o testamento pode conter**



disposições de caráter não patrimonial, como o reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento, que serão válidas.

e) No testamento, Pelé deixou para a esposa a casa onde residiam, no Guarujá. Ainda que não tivesse feito essa disposição, o Código Civil garante ao cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens, o direito real de habitação ao imóvel destinado à residência da família. Ou seja, o cônjuge sobrevivente tem direito a continuar habitando aquela residência, mesmo que não tenha herdado o imóvel.

Resposta: D.





O médico Fred Nicácio aproveitou a Casa do Reencontro, dinâmica de repescagem do BBB 23, para confrontar Key Alves, Gustavo e Cristian em relação ao racismo religioso que sofreu enquanto estava na casa. Ele ainda informou que pretende tomar medidas jurídicas.

“O que vocês fizeram foi crime e o meu jurídico vai acionar vocês lá fora. [...] Precisa ser prestada conta para a sociedade, porque, quando uma coisa dessa acontece em um lugar como esse, em que 180 milhões de pessoas estão vendo, vocês imaginem o que acontece fora das câmeras”, disse. (Fonte: Estadão, disponível [aqui](#)).

Analise as assertivas abaixo e, em seguida, assinale a opção **correta**:

I – O racismo religioso pode ser compreendido como as formas de preconceito, discriminação ou ataque a pessoas negras, em razão de professarem uma religião de matriz africana, como a umbanda, o candomblé, o culto de Ifá ou tantas outras.

II – Além do racismo religioso, vem ganhando destaque a expressão “racismo recreativo”, cunhada pelo professor Adilson Moreira, autor de um livro com esse título. O racismo recreativo consiste na utilização do humor para veicular um discurso racista, usando o pretenso humor como pretexto para encobrir a hostilidade racial.

III – Embora o racismo religioso e o racismo recreativo sejam fenômenos que vêm sendo identificados e discutidos por pesquisadores e juristas, essas expressões ainda não foram incorporadas à legislação brasileira, sendo necessário aplicar as normas anacrônicas do Código Penal, de 1940, e da Lei de Crimes Raciais, de 1989.

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.**
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) As três assertivas estão corretas.

Resposta: B.





Home > Pop

MC Guimê e Cara de Sapato são expulsos do BBB após caso de assédio; veja momento

O anúncio foi feito na noite desta quinta-feira por Tadeu Schmidt, após a edição mostrar todos os ocorridos da festa do líder



Da Redação

Publicado em 16 de março de 2023 às, 23h19.

Última atualização em 17 de março de 2023 às, 12h38.

Fonte: Exame (disponível [aqui](#)).

A partir do episódio ocorrido no BBB 23, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A notícia indica que os participantes foram expulsos do Big Brother Brasil após um caso de assédio. Tecnicamente, porém, não cabe falar no crime de assédio sexual, pois este tem como elemento uma relação hierárquica entre o agente e a vítima, em um contexto profissional.
- b) A conduta dos participantes pode ser enquadrada como o crime de importunação sexual, que consiste em praticar contra alguém, sem a sua anuência, ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia. Atos como passar a mão no corpo de outra pessoa ou beijar sem consentimento são apenas alguns exemplos de condutas tidas como importunação sexual.
- c) O crime de importunação sexual foi acrescentado na legislação penal brasileira no final da década passada, para punir com mais rigor do que a antiga contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor, passível apenas de multa. Agora, como crime, a pena prevista é de reclusão, de 1 a 5 anos, se o ato não constituir crime mais grave.
- d) As condutas enquadradas como importunação sexual são menos graves que o estupro, que consiste em constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Nestes casos, de estupro, as penas de reclusão previstas pelo Código Penal são maiores: de 6 a 10 anos.
- e) Vale ressaltar que os fatos que levaram à expulsão dos dois participantes ocorreram durante uma festa, em que eles se encontravam alcoolizados. Nesse sentido, o Código Penal prevê que, se o agente, por embriaguez voluntária ou culposa, não possuía a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato, a pena pode ser reduzida de um a dois terços.**

Resposta: E.



Recentemente, a Teoria do Desvio Produtivo tem sido objeto de discussão na academia, no Poder Judiciário e no Poder Legislativo. Assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que melhor sintetiza o que propõe essa teoria:

- a) O trabalhador que sofre desvio de função deve ser indenizado e remunerado conforme as atividades que realmente desempenha, com base no princípio da primazia da realidade.
- b) O possuidor que invade propriedade rural e a torna produtiva pelo seu trabalho ou seu cultivo direto tem direito à propriedade daquele imóvel, por meio da usucapião rural.
- c) O consumidor tem direito a ser indenizado pelo tempo perdido enquanto corre atrás do fornecedor para solucionar problemas ou defeitos em relação ao produto ou serviço.**
- d) O desvio de produtos importados de valor inferior a um salário-mínimo não constitui o crime de descaminho, por força do princípio da insignificância.
- e) A alteração da destinação de recursos públicos com dotação específica, com o objetivo de efetivar direitos fundamentais, não constitui ato de improbidade administrativa.

Resposta: C.



“[...] os animais não-humanos, como seres sencientes, experimentam dor e sofrimento em geral, o que justifica a necessidade de terem os seus interesses considerados. Trata-se de uma expressão do próprio princípio da igualdade, o qual deve aplicar-se não apenas aos humanos nas suas relações entre si, mas também com os entes de outras espécies.

Além disso, contra a premissa kantiana de que apenas os entes racionais são portadores de dignidade, pode-se constatar que essa, mais do que uma consequência de um atributo de determinada espécie, a dos portadores de razão, é algo que pode ser conferido pelo homem a outros animais.

Portanto, ainda baseado na constatação de que os animais não-humanos são entes sencientes, conclui-se que são merecedores de um tratamento isonômico em que os seus interesses, ao menos quanto à experiência da dor e do sofrimento em geral, mereçam igual consideração. Consequentemente, o modo de vê-los considerados é precisamente atribuindo-lhes dignidade.

*Por outro lado, na luta contra o especismo, a atribuição de dignidade não depende necessariamente do reconhecimento de tais entes como sujeitos de direito”. (CUNHA, Ricarlos Almagro Vitoriano. A natureza dos animais não humanos e a sua proteção jurídica. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 17, 2022. Disponível [aqui](#)).*

A partir desse texto, publicado pelo professor da FDV, Ricarlos Almagro, na Revista Brasileira de Direito Animal, e das discussões sobre animais no âmbito do Direito, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) O autor constata que os animais não-humanos são entes sencientes e, em razão disso, defende que seja reconhecida a dignidade desses animais. No entanto, o autor admite que a atribuição de dignidade aos animais não-humanos não os equipara a sujeitos de direito.
- b) Ao defender que os animais não-humanos também devem ter dignidade, o autor discorda do argumento de Kant, de que somente os humanos são portadores de dignidade. Para Almagro, a dignidade não é um atributo intrínseco à espécie, mas algo que pode ser conferido racionalmente pelos humanos.
- c) O especismo pode ser identificado de, pelo menos, duas maneiras: quando se defende a prevalência dos interesses humanos em relação aos animais não-humanos; ou quando há a valorização de determinadas espécies de animais não-humanos, como cães e gatos, em detrimento de outros, como bois, vacas, porcos e galinhas, cuja exploração para alimentação é mais bem aceita.



d) A lei de crimes ambientais tem um notável caráter antiespecista, prevendo as mesmas penas para o crime de praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar quaisquer animais, sejam eles silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.

e) Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça entendeu que não é possível aplicar por analogia as disposições acerca da pensão alimentícia, baseada na filiação e regida pelo Direito de Família, aos animais de estimação adquiridos durante união estável.

Resposta: D.



No início de 2023, completaram-se 10 anos do incêndio da Boate Kiss, ocorrido na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Nesse episódio, 242 pessoas morreram e outras 636 ficaram feridas. Recentemente, o incêndio e suas consequências nas vidas afetadas foram retratados em obras disponíveis em serviços de *streaming*: “Todo Dia a Mesma Noite”, na Netflix; e “Boate Kiss - A Tragédia de Santa Maria”, no GloboPlay, por exemplo.

Sobre as repercussões jurídicas do caso da Boate Kiss, assinale a alternativa **correta**:

- a) Em 2021, os acusados foram condenados pelo crime de homicídio, com pena de 40 anos de reclusão – o tempo máximo de pena permitido pelo Código Penal.
- b) A condenação dos réus foi anulada, em razão do reconhecimento de algumas nulidades processuais. Dessa forma, os réus foram absolvidos.
- c) O Ministério Público do Rio Grande do Sul apresentou recursos à anulação da condenação, que serão analisados pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal.**
- d) No caso da boate Kiss, o julgamento não foi realizado pelo Tribunal do Júri, pois considerou-se que o crime de homicídio ocorreu na modalidade culposa.
- e) Tendo em vista que já se passaram 10 anos desde o evento que resultou nas mortes, os crimes de homicídio, no contexto do incêndio da boate, estão prescritos.

Resposta: C.



“O jogador Robinho foi condenado na Itália por crime de estupro coletivo, em última instância, a nove anos de prisão. Ele, contudo, se encontra em território brasileiro. A Itália pretende exercer o seu direito legítimo de impor a pena ao condenado; será, contudo, necessário saber se a legislação brasileira e o tratado de cooperação judiciária em matéria penal com a Itália permitem a medida pretendida. [...] Contudo, no atual estágio do direito brasileiro as regras são bem claras e quaisquer decisões executivas ou judiciais em sentido contrário serão absolutamente contra legem. Não se duvide, porém, de que elas poderão vir”. (MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Robinho: por que a transferência de execução da pena não se aplica ao caso?. *Jota*, 24 jan. 2022. Disponível [aqui](#)).

A partir do caso do jogador Robinho e considerando a legislação brasileira, assinale a alternativa **incorreta**:

a) Conforme narrado, o crime aconteceu na Itália e, atualmente, o condenado, que é brasileiro, encontra-se no Brasil. Dessa forma, é descabida a extradição de Robinho para a Itália, tendo em vista que a Constituição brasileira garante, dentre os direitos fundamentais, que nenhum brasileiro nato será extraditado.

b) O crime em questão ocorreu na Itália e lá foi julgado, tendo Robinho sido condenado, em última instância, sem mais possibilidades de recursos. Como ele está no Brasil, teve início um processo para que a sentença italiana seja aplicada aqui. Conforme a Constituição, a competência para homologação de sentença estrangeira é do Supremo Tribunal Federal.

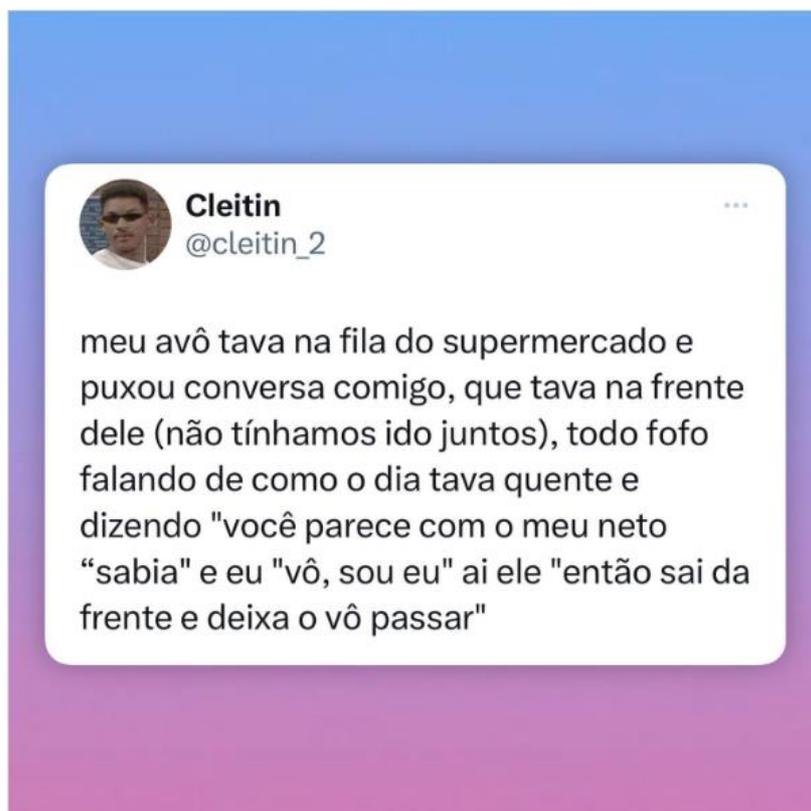
c) No Brasil, o Tribunal responsável pela homologação da sentença estrangeira entendeu que os requisitos previstos em seu regimento foram atendidos, pois a decisão foi proferida por autoridade competente da Itália, onde o crime foi cometido; o acusado constituiu advogado e se defendeu regularmente no processo judicial; e houve trânsito em julgado da condenação.

d) Embora tenham sido cumpridos os requisitos para homologação de sentença estrangeira, ainda é preciso analisar a possibilidade de transferência da execução da pena imposta a Robinho, para que seja cumprida no Brasil. No nosso ordenamento jurídico, a Lei de Migração, de 2017, regulamente a transferência de execução da pena, mas há controvérsias sobre sua aplicabilidade ao caso Robinho.

e) O autor do texto acima entende que a legislação é clara, defendendo a impossibilidade da transferência da execução da pena à qual Robinho foi condenado, tendo em vista que, por ser brasileiro nato, não caberia sua extradição. No entanto, o autor acredita ser possível que os poderes Executivo ou Judiciário tomem decisões ao arrepio da lei, para que Robinho cumpra, no Brasil, a pena do crime de estupro pelo qual foi condenado na Itália.

Resposta: B.





Fonte: Memes Twitter (disponível [aqui](#)).

Assinale a alternativa **correta**:

- a) **Embora, no relato acima, o avô estivesse atrás do neto na fila do supermercado, o Estatuto da Pessoa Idosa garante, aos idosos, atendimento preferencial pelos prestadores de serviços à população, sejam estes públicos ou privados.**
- b) Nos termos do Estatuto, considera-se pessoa idosa aquela que tenha idade igual ou superior a 60 anos. Entre os idosos, os maiores de 70 anos terão prioridade especial, atendendo-se suas necessidades preferencialmente em relação às demais pessoas idosas.
- c) Aos maiores de 60 anos, fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.
- d) É obrigação exclusiva do Estado a efetivação dos direitos das pessoas idosas à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.
- e) No ano passado, a lei sofreu diversas alterações, dentre elas a alteração de sua denominação, de Estatuto do Idoso para Estatuto da Pessoa Idosa, e a inclusão da prioridade aos idosos no recebimento da restituição do Imposto de Renda.

Resposta: A.



Blitz da PM flagra 101 suspeitos de dirigir embriagados na Praia do Canto

De todos os abordados, 99 se recusaram a fazer o teste do bafômetro; operação Lei Seca aconteceu na região do Triângulo das Bermudas

Fonte: A Gazeta (disponível [aqui](#)).

Analise as afirmativas a seguir:

I – Dirigir sob a influência de álcool é uma infração de trânsito grave. Para que seja constatada, a concentração da substância deve ser igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar.

II – Dirigir sob a influência de álcool é uma infração de trânsito gravíssima. Para que seja constatada, a concentração da substância deve ser igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar.

III – Recusar-se a ser submetido ao teste do bafômetro ou outro procedimento que permita certificar influência de álcool é uma infração de trânsito gravíssima, que implica as mesmas penalidades previstas para o caso de dirigir sob a influência de álcool.

IV – Dirigir sob a influência de álcool pode ser crime, caso a capacidade psicomotora do motorista esteja alterada, por efeito da substância ingerida. Nesse caso, além da multa e da suspensão do direito de dirigir, está prevista a pena de detenção, de seis meses a três anos.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas a II.
- b) Apenas a I e a IV.
- c) Apenas a II e a III.
- d) Apenas a II e a IV.
- e) **Apenas a III e a IV.**

Resposta: E.



De acordo com o art. 87 da Constituição Federal, compete aos Ministros de Estado, dentre outras atribuições, exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República.

Por sua vez, o art. 84, I, da mesma Constituição, estabelece que compete privativamente ao Presidente da República nomear e exonerar os Ministros de Estado. Naturalmente, com o início de um novo mandato presidencial, no início de 2023, houve a nomeação de novos Ministros de Estado.

Sobre o tema, assinale a alternativa **incorreta**:

a) Para o Ministério da Saúde, foi nomeada a cientista social Nísia Trindade. Anteriormente, ela havia sido a primeira mulher a presidir a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), estando à frente do instituto durante a pandemia de Covid-19. Tornou-se, também, a primeira mulher a ocupar o cargo de Ministra da Saúde.

b) O Ministério da Cultura havia sido extinto no governo anterior, em 2019, mas foi recriado pelo presidente Lula, em 2023. Atualmente, quem ocupa esse ministério é Margareth Menezes, cantora e compositora baiana. Seu primeiro single, de 1987, foi um grande sucesso: “Faraó (Divindade do Egito)”.

c) Na área dos direitos humanos, foi criado o Ministério da Igualdade Racial, tendo sido nomeado o advogado e professor Silvio Almeida como Ministro. Ele é reconhecido pela atuação na luta antirracista e no combate às práticas discriminatórias, bem como pelo livro “Racismo estrutural”.

d) Outra inovação foi o Ministério dos Povos Indígenas, comandado por Sônia Guajajara. Embora seja a primeira indígena a ocupar um ministério, este não é o início da vida política da Ministra, que já foi candidata à vice-presidência da República e já foi eleita deputada federal pelo estado de São Paulo.

e) Dentre os candidatos que já disputaram a Presidência da República com Lula, três foram empossados como Ministros de Estado em 2023: Simone Tebet, no Ministério do Planejamento; Marina Silva, no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; e Geraldo Alckmin, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Resposta: C.



De acordo com o art. 101 da Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal é composto por onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 anos e menos de 70 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Considerando a situação atual do STF, assinale a alternativa **incorreta**:

a) Em relação ao gênero, a distribuição das vagas do STF não é balanceada: dos onze ministros em exercício, 9 são homens e 2 são mulheres. Além das duas atuais, apenas mais uma mulher exerceu o cargo de Ministra do Supremo, totalizando 3 em toda a história do STF.

b) Embora mais da metade da composição atual do STF tenha como estado de origem algum da região Sudeste, todas as regiões brasileiras têm pelo menos um representante como Ministro do Supremo Tribunal Federal.

c) O subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal é fixado por lei, de competência do Congresso Nacional, e, a partir de hoje (1º de abril de 2023), corresponde a R\$ 41.650,92 por mês. Esse valor também é usado como teto para o pagamento de remunerações no serviço público federal.

d) No âmbito do STF, os próprios Ministros elegem, entre si, o presidente e o vice-presidente, para um mandato de 2 anos, não sendo admitida a reeleição para um segundo mandato consecutivo. Atualmente, a presidência é exercida pela Ministra Rosa Weber e a vice-presidência pelo Ministro Luís Roberto Barroso.

e) Não existe uma duração fixa para o cargo de Ministro do STF, mas um limite máximo de idade, quando ocorre a aposentadoria compulsória. Nesse sentido, espera-se que, neste ano, dois Ministros se aposentem, ao completarem 75 anos: Ricardo Lewandowski e Rosa Weber. Assim, caberá ao Presidente da República nomear dois novos Ministros em 2023.

Resposta: B.



**Reconhecimento esquecido**

Piso salarial da enfermagem: o abandono das heroínas de ocasião

Publicado em 21/03/2023 às 00h05

Fonte: A Gazeta (disponível [aqui](#)).

“Políticos e gestores se manifestaram, inúmeras vezes, no sentido de reconhecer a precariedade desse tipo de trabalho, comprometendo-se, publicamente, a envidar esforços no sentido de garantir retribuição justa por meio do piso salarial e de garantia de condições de trabalho dignas. Passada a crise, superados os riscos iminentes de dependência absoluta dessas profissionais, as enfermeiras são, de novo, convidadas a permanecer emudecidas, sem qualquer necessidade de reconhecimento, seja ele de natureza de valorização meramente discursiva, seja de valorização remuneratória, com pagamento de salários justos, jornadas de trabalho condizentes com a complexidade e os riscos envolvidos na atividade, com oferta de condições de trabalho decentes”.

Analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A referência às profissionais da enfermagem no gênero feminino (“heroínas”; “enfermeiras”) é uma escolha discursiva da autora para evidenciar a predominância de mulheres no exercício desse ofício, com base em dados que indicam que mais de 80% da força de trabalho na área da enfermagem é composta por mulheres.
- b) A Constituição Federal estabelece, no capítulo dos direitos sociais, que os trabalhadores, urbanos e rurais, têm direito ao salário-mínimo e, além disso, ao piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho. Dessa maneira, o piso salarial é o valor mínimo que o trabalhador de determinada categoria profissional deve receber.
- c) Em 2022, o Congresso Nacional aprovou uma lei para instituir o piso salarial nacional dos enfermeiros, no valor de R\$ 4.750, bem como os pisos salariais dos técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras, calculados a partir de determinadas porcentagens do piso salarial dos enfermeiros. Essa aprovação ocorreu após anos de tramitação e resultou de mobilizações sociais.



d) Apesar da lei federal, o Supremo Tribunal Federal suspendeu a obrigatoriedade de aplicação do piso salarial da enfermagem, com base no potencial impacto financeiro que isso poderia causar, considerando, inclusive, os riscos para a empregabilidade no setor. Isso demonstra a articulação entre Direito e Economia, uma vez que decisões judiciais e medidas legislativas podem ter impacto nos orçamentos, sejam eles públicos ou privados.

e) Após a decisão do STF que suspendeu o piso salarial da enfermagem, a lei foi arquivada e o assunto caiu no esquecimento. Ao contrário dos poderes Legislativo e Judiciário, o Executivo não se envolveu com o tema. Dessa forma, não há nenhuma previsão para que o piso salarial passe a valer, sendo necessária a tramitação e aprovação de nova lei pelo Congresso Nacional.

Resposta: E.





Fonte: Memes Twitter (disponível [aqui](#)).

Assinale a alternativa **correta**:

- a) Ao contrair casamento, qualquer dos noivos poderá alterar seu nome, acrescentando o sobrenome do outro ao seu. Inclusive, ambos os nubentes podem incluir o sobrenome do outro, passando a adotar os dois sobrenomes naquele núcleo familiar. Além disso, não há determinação legal sobre qual sobrenome deve vir primeiro.
- b) A adoção do sobrenome do cônjuge é opcional. Entretanto, como se depreende do tweet acima, não é recomendável acrescentar o sobrenome do outro ao seu, pois isso demandaria a alteração de todos os documentos e, em caso de divórcio, seria necessário alterar novamente o nome, para exclusão do sobrenome do ex-cônjuge.
- c) O cartório de Registro Civil é responsável pelo registro do casamento e da alteração dos nomes dos cônjuges. Portanto, é dever do oficial do registro esclarecer os nubentes a respeito dos regimes de bens e dos fatos que podem ocasionar a invalidade do casamento, além de alertar para os riscos da mudança de sobrenome, contraindicando essa opção.
- d) Assim como o casamento deve ser registrado em cartório para que produza efeitos civis, a união estável deve ser formalizada em um contrato escrito. Portanto, no contexto do tweet acima, a comprovação da união estável seria o contrato. A união estável pode ser convertida em casamento, mediante pedido dos companheiros ao juiz e assento no Registro Civil.



e) A união estável independe de formalização por contrato, sendo configurada pela convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. Por isso, a foto enviada pelo casal mencionado no tweet serviria para comprovar a união estável existente. Contudo, no Brasil, a união estável só é admitida entre homem e mulher, conforme a previsão legal do Código Civil.

Resposta: A.

